

O Pensamento Conservador no Contexto da Mentalidade Profissional Militar do Exército Brasileiro

Conservative Thinking in the Context of the Military Professional Mentality of the Brazilian Army

RESUMO

Nesse artigo, apresentamos uma análise sobre o pensamento conservador de Edmund Burke no contexto da mentalidade profissional militar, especificamente do Exército Brasileiro. A profissão militar possui, por imperativo funcional, muitas características do pensamento conservador. Entretanto, sabemos que o conservadorismo molda-se de acordo com a conjuntura histórica e cultural de cada sociedade. Consideramos, assim, que a cultura ibérica de nossa colonização auxiliou na formação de um tipo de mentalidade conservadora em nossa sociedade e em suas instituições com características singulares daquela, que foi a origem desse pensamento. Essa mentalidade foi absorvida pelos integrantes do Exército e reforçada pelas características conservadoras funcionais inerentes à profissão, contribuindo para o desenvolvimento de maior coesão institucional e de valores e tradições firmemente identificados com a realidade nacional.

Palavras-chave: Conservadorismo. Cultura ibérica. Formação social brasileira. Exército Brasileiro.

Andréa Lemos Maldonado Cruz
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio Janeiro, RJ, Brasil

Email:
marinamaldonado_04@yahoo.com.br

ORCID:
<https://orcid.org/0000-0002-8057-4017>

ABSTRACT

In this article, we present an analysis of Edmund Burke's conservative thinking in the context of the military professional mentality, specifically the Brazilian Army. The military profession has various characteristics of conservative thinking as functional imperative. However, we know that conservatism is shaped according to the historical and cultural conjuncture of each society. Thus, we consider that the Iberian culture of our colonization has contributed to the formation of a type of conservative mentality in our society and in its institutions, with characteristics that are unique to the Iberian Culture, which was the origin of this thought. This kind of mentality was absorbed by the members of the Army and reinforced by the functional conservative characteristics inherent to the military profession, contributing to the development of greater institutional cohesion and of values and traditions which are firmly identified with the national reality.

Keywords: Conservatism. Iberian culture. Brazilian social formation. Brazilian Army.

Recebido em: 25 SET 2021
Aprovado em: 05 DEZ 2022

Revista Agulhas Negras
ISSN on-line 2595-1084
<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/aman>



<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>



1 Introdução

O objetivo do presente artigo é analisar algumas das características do pensamento conservador de Edmund Burke no contexto da mentalidade militar do Exército Brasileiro. A escolha dessa temática pauta-se pelo nosso interesse em conhecer as características históricas e sociológicas da formação da mentalidade dos integrantes dessa Instituição, tendo em vista a condição dessa pesquisadora: militar e professora da Academia Militar das Agulhas Negras, estabelecimento de ensino responsável pela formação dos oficiais combatentes da Linha Bélica do Exército Brasileiro.

Reconhecemos que o termo *conservadorismo* tem conceituação controversa, assim como são divididas as opiniões sobre o sentido desenvolvido por esse pensamento ao longo do tempo. Ele tem sido assunto em destaque na linguagem política brasileira na contemporaneidade, sendo o próprio brasileiro considerado conservador¹.

Acreditamos que o militar é, em sua essência, por necessidade funcional, conservador. Entretanto, o conservadorismo aponta-se em condicionantes históricas e culturais de cada sociedade. Dessa forma, nossa hipótese é que existem aspectos da formação social, política e cultural brasileira que teriam contribuído para a configuração de um tipo de mentalidade conservadora singular à nossa sociedade, e, por extensão, às suas instituições, em especial ao Exército Brasileiro.

Consideramos, assim, que as influências da cultura ibérica de nossa colonização e as conjunturas históricas brasileiras auxiliaram na constituição de um tipo de mentalidade militar conservadora cujas características foram reforçadas por aspectos funcionais da profissão, o que contribuiu para o desenvolvimento de valores e tradições institucionais firmemente identificados com a realidade nacional.

Pretendemos, então, apresentar, nesse estudo, os principais pressupostos teóricos do conservadorismo clássico, cuja origem está nos escritos de Edmund Burke (2014), algumas considerações sobre a formação social e militar brasileira, além das principais características elencadas por Samuel P. Huntington (1996) sobre a mentalidade profissional militar e de Russel Kirk sobre a mentalidade conservadora.

Por tratar-se de assunto que demanda teorização e análise comparativa, utilizamos por metodologia uma pesquisa bibliográfica qualitativa com abordagem historiográfica e sociológica.

1 Segundo um levantamento realizado em 2016, pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Pesquisa, 54% dos brasileiros seriam classificados como conservadores máximos ou radicais e 41%, como conservadores médios. O levantamento baseou-se a partir de cinco tópicos: legalização do aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, pena de morte, prisão perpétua e redução da maioridade penal.



2 Referencial Teórico

2.1 Conservadorismo: breve conceituação e histórico

Muitos autores já estudaram e tentaram fixar um conceito de conservadorismo, ou mesmo os limites para um determinado tipo de *pensamento conservador*. Tal esforço sempre se constituiu um desafio, visto que o termo, segundo o cientista político Christian Edward Cyril Lynch (2008), carrega grande conotação negativa nos países da chamada América Ibérica². “O conservador é geralmente visto como alguém aferrado a uma visão hierárquica do mundo, defensora de privilégios, que vê com maus olhos a democracia, o reconhecimento dos direitos das minorias etc” (LYNCH, 2008, p. 59).

Assim como o liberalismo e tantas outras correntes de pensamento trazidas pela chamada modernidade histórica, o conservadorismo tem uma trajetória e proposta teórica singular. Na verdade, podemos verificar que ele terá diferentes aspectos e características dependendo da formação social e cultural na qual se insere.

O que hoje conhecemos por conservadorismo surgiu “... do debate político travado na Inglaterra nas décadas de 1710 e 1720” (LYNCH, 2008, p. 71). Naquele momento, havia duas correntes de pensamento; a primeira defendia uma visão política tradicional, oriunda do republicanismo cívico, baseada na Constituição e num governo misto; já a segunda acreditava numa concepção evolucionista e numa filosofia progressista, na qual havia necessidade de mudanças políticas e sociais radicais para se enfrentar os novos tempos.

Do embate entre essas duas ideias nasceu uma terceira, que acreditava ser possível aceitar as mudanças necessárias ao Estado, de maneira lenta e gradual, o que evitaria sua extinção. Ao mesmo tempo, deveriam ser respeitadas a história e as tradições sedimentadas no tempo. Essa concepção passou a ser denominada de conservadorismo, nascendo, assim, associada ao ambiente político e como reação a mudanças de padrões e costumes estabelecidos socialmente.

Apesar de ter suas bases em momento histórico anterior, no debate político constitucional inglês, academicamente, as ideias de Edmund Burke (2014) são reconhecidas como a matriz ideológica do que hoje chamamos conservadorismo clássico. Sua obra, *Reflexões sobre a revolução na França*, apresenta o pensamento das classes sociais derrotadas na Revolução Francesa, notadamente a aristocracia feudal.

Burke era um membro do partido liberal inglês, mas que se opunha à restauração monárquica e ao poder absoluto do rei. Ele defendeu o liberalismo inglês, como membro do Parlamento, e não se entusiasmou com os ideais da Revolução Francesa, pois, para ele, o movimento representava mais do

2 Região que compreende países ou territórios nos quais os idiomas português ou espanhol são predominantes.



que uma revolução política, tendo em vista que rompeu violentamente com os antigos costumes e com a tradição da cultura francesa. Burke acreditava que o radicalismo progressivo do modelo adotado na França, levaria, como de fato levou, o país ao caos, situação bem diferente das transformações políticas que ocorreram nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Ele não fazia defesa ao Absolutismo, e sim à Monarquia Constitucional semelhante à erigida na Inglaterra. O que condenava nos revolucionários franceses era a ideia de construir uma ordem social a partir de uma suposta razão abstrata (MEDEIROS, 2016). Para ele, algumas reformas poderiam ocorrer desde que resultassem de um processo de experimentação, pois um Estado só se mantinha pela conjugação dos princípios da conservação e da correção.

Esses princípios faziam parte de uma interpretação da sociedade como um organismo natural, cujo crescimento lento deveria ser respeitado, pois as instituições nela circunscritas representariam a sabedoria acumulada de gerações anteriores que não poderia ser desprezada.

Russel Kirk (2014), historiador norte-americano e um dos principais responsáveis por trazer à lembrança o pensamento de Edmund Burke depois da Segunda Guerra Mundial, afirma que o inglês esforçou-se por mostrar a importância em salvaguardar os usos consagrados pela experiência e pela tradição, que conduzem a sociedade à construção de uma ordem social benéfica a todos, abrigada das paixões das imperfeições da natureza humana.

Esse era outro pressuposto de Burke: o homem, como ser imperfeito, não se pautava apenas na razão e na lógica. Segundo o pensamento burkeano,

... o homem, por sua constituição, é um animal religioso; que o ateísmo é contrário não apenas à nossa razão, mas também aos nossos instintos, não podendo prevalecer por muito tempo. Todavia, se em um momento de tumulto e no delírio ébrio produzido pelo espírito ardente destilado no alambique infernal que ferve hoje furiosamente na França, devêssemos descobrir nossa nudez, rejeitando aquela religião cristã que, até agora, tem sido nosso motivo de orgulho e nosso consolo, assim como uma grande fonte de civilização entre nós e muitas outras nações, ficaríamos apreensivos (sabedores de que a mente não suportará o vazio) de que alguma superstição grosseira, perniciososa e degradante devesse tomar seu lugar. (BURKE, 2014, p.110).

O componente religioso teria, por esse ponto de vista, alto valor no sentido da moralidade social ao se referir aos direitos como derivação das obrigações dos homens. Nesse sentido, para o autor, a sociedade, a coletividade, seria sempre superior aos interesses individuais.

O conservadorismo *burkeano* é, então, caracterizado em linhas gerais como um pensamento político e social que defende a preservação da ordem e das instituições, aí incluídas a religião, a família, a comunidade e o direito de propriedade, e que, enfatizando a continuidade e a estabilidade, opõe-se a movimentos revolucionários e mudanças bruscas.



Kirk considera que,

Não existe um modelo conservador, e o conservadorismo é a negação da ideologia: é um estado conservador, um tipo de caráter, um modo de ver a ordem civil e social. A posição chamada conservadora se sustenta em um conjunto de sentimentos, e não em um sistema de dogmas ideológicos. (KIRK, 2014, p. 103).

Em seu livro *A Mente Conservadora*, ele apresenta dez princípios gerais, baseados nas ideias de Burke, que norteariam o pensamento e o agir conservador, afirmando que poderia ser dada ênfase a uns em detrimento de outros dependendo do contexto histórico-cultural de cada sociedade. Esses princípios são: crença numa ordem moral duradoura; adesão aos costumes, convenções e continuidade; consagração pelo uso; prudência; variedade; imperfectibilidade; liberdade e propriedade; apoio às comunidades voluntárias e oposição ao coletivismo involuntário; equilíbrio entre o poder e as paixões; e equilíbrio entre permanência e mudança (KIRK, 2014).

Para o autor, “As fontes da ordem conservadora não são escritos teóricos, mas, em vez disso, o costume, a convenção e a continuidade” (KIRK, 2014, p. 129). Ele acredita que os traços marcantes na distinção do pensamento conservador surgem em determinados contextos históricos e culturais. Assim, conservadores latino-americanos e europeus, por exemplo, poderão defender ideias diferentes, mas estarão sempre de acordo as tradições de suas respectivas sociedades.

O conservadorismo britânico, que teve sua origem em Burke, desenvolveu-se como o partido da aristocracia tradicional, defendendo a Câmara dos Lordes³. Ao longo do tempo, modernizou-se, adotando princípios democráticos em defesa do Império e tentando aliar a aristocracia às classes populares.

No Brasil, em função de nossa colonização portuguesa, o conservadorismo teve, além das influências das tradições culturais do direito romano, da filosofia grega e do cristianismo, a intervenção dos valores ibéricos.

2.2 Conservadorismo, formação do Estado brasileiro e de suas forças militares

O pensamento conservador, para Lynch (2008), não encontrou, inicialmente, terreno tão fértil na América Latina. As novas nações, que começaram a surgir com as independências do início do século XIX, procuraram se constituir negando suas origens e tradições espanhola e portuguesa, pois não poderiam valorizar um passado colonial; seria pôr em questão a própria independência.

3 É um corpo não eleito, atualmente formado por 2 arcebispos e 24 bispos da Igreja Anglicana e 766 membros da nobreza britânica, responsável por executar funções legislativas. Faz parte do Parlamento do Reino Unido, que inclui a Coroa Britânica e a Câmara dos Comuns.



No Brasil, no entanto, não houve uma rejeição às tradições ibéricas; elas foram adaptadas à realidade da sociedade que aqui se formava.

Para o sociólogo e historiador Raymundo Faoro (1994), mesmo após nossa independência da Coroa Portuguesa, o forte patrimonialismo⁴ lusitano, já definitivamente assimilado pelo povo brasileiro, permitiu a disseminação de uma mentalidade tradicionalista e conservadora com características singulares.

Em sua obra *Os donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, ele interpreta a realidade social brasileira tomando como base a formação do Estado nacional à luz de nossas raízes ibéricas, chamando a atenção para a natureza centralizadora do poder que historicamente desenvolveu-se em Portugal. “Tudo dependia, comércio e indústria, das concessões régias, das delegações, arrendamentos onerosos, que, a qualquer momento, se poderiam substituir por empresas monárquicas” (FAORO, 1984, p. 9).

Para Faoro (1984), o Estado português transferiu para o Brasil, uma estrutura patrimonial, cujo estamento burocrático de suas instituições permitiu a expansão do capitalismo comercial como uma gigantesca empresa.

Politicamente, depois que a Corte Portuguesa retornou a Lisboa, em 1821, Dom Pedro I (1798-1834), proclamando a Independência, desligou-se do Antigo Regime e inaugurou uma monarquia constitucional e representativa, que teve no Poder Moderador e no Partido Conservador⁵, primeira organização com ideologia conservadora no País. Surgiu de uma rejeição ao republicanismo e ao liberalismo, aspectos que o diferenciam do conservadorismo francês e britânico ou norte-americano. Sua atuação propiciou tanto a expansão segura do Estado quanto a perpetuação de interesses escravocratas das elites agrárias e da Igreja Católica, em uma nítida expressão da adaptação e conciliação do pensamento conservador às características dos valores ibéricos de nossa colonização.

As ações políticas, culturais e sociais que as estruturaram e que promoveram, historicamente, uma mentalidade conservadora conciliatória na sociedade brasileira, foram absorvidas pelas nossas instituições públicas, dentre elas o Exército Brasileiro.

Segundo o cientista político Eduardo Raposo (2008), a formação das instituições brasileiras foi condicionada por elementos paradoxais que tiveram origem de países como a Inglaterra, em menor

4 No patrimonialismo, o monarca ou soberano organiza seu domínio de forma *doméstica*, ou seja, como se administrasse negócios particulares e não públicos. Dentro de uma estrutura estatal, esse tipo de dominação necessita de um quadro de instituições para seu funcionamento, que são os *estamentos*, instâncias às quais o soberano delega certos poderes, e, por consequência, as vantagens provenientes deles, mas que estão sempre subordinadas ao monarca.

5 Fundado em 1836, dele faziam parte os grandes proprietários rurais, os ricos comerciantes e os altos funcionários do governo, que eram denominados *saquaremas*.



grau, mas, principalmente, de Portugal, no qual o controle político da população e de seus territórios constituiu-se na base da construção do Estado.

Considerado o primeiro Estado moderno, Portugal teve uma trajetória completamente diversa dos países europeus. Em função da ausência de industrialização ou de cismas protestantes e da presença da Contrarreforma, firmou-se como uma monarquia centralizadora com vocação eminentemente política e burocrática.

Para o historiador José Murilo de Carvalho (2006), teria sido essa herança burocrática portuguesa a responsável pela manutenção da nossa unidade territorial e pela construção de um governo monárquico.

Essas características podem ser facilmente percebidas na história de nosso País, quando, por exemplo, em 1841, após a abdicação ao trono de D. Pedro I em favor de seu filho, em uma reação conservadora, entra em vigor a Lei Interpretativa do Ato Adicional, restringindo a autoridade das assembleias das províncias e destacando, com maior força, o traço centralizador do poder do Estado, herança de nossa formação ibérica (RAPOSO, 2008).

Nesse contexto, as ideias de Burke foram traduzidas e adaptadas às necessidades políticas e sociais do País, inicialmente, durante o período do Império por José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu⁶, e depois por outros intelectuais, políticos e escritores da época.

Aspectos do pensamento conservador e características da nossa colonização ibérica foram, portanto, marcando o contexto histórico-cultural da época, influenciando a formação das instituições brasileiras, inclusive as militares, como o Exército Brasileiro cuja organização, ainda incipiente, dava os primeiros passos para sua conformação.

Cabe lembrar que antes da independência, e mesmo logo após ela, não havia sentimento de unidade territorial ou de nacionalidade em terras brasileiras. Os sistemas de feitorias e o regime de exploração pelo qual nosso território foi colonizado não geraram condições para a formação desse sentimento. Também não contribuiu para isso o recurso usado pelo colonizador português para explorar um território tão grande, a sesmarização, que acabou por criar os grandes domínios rurais afastados dos centros urbanos, esses pouco desenvolvidos.

O Partido Conservador, então, com o propósito de garantir a ordem social monárquica e a unidade territorial repeliu diversas rebeliões regionais e, durante 23 anos, ocupou o Conselho de

6 José da Silva Lisboa (1756 - 1835) foi um economista, historiador, jurista, publicista e político brasileiro na época do Brasil Império. Apoiador da monarquia, ocupou diversos cargos na administração econômica e política do Brasil, desde 1808. Teve papel importante no incentivo ao ensino de economia política no país e na redação de diversos decretos que beneficiaram essa área à época.



Ministros. Nesse contexto, as organizações militares do Império, especialmente o Exército, tiveram papel decisivo. Para Frank McCann, “A monarquia repetidamente usou o Exército para manter o país coeso, suprimindo revoltas regionais entre 1817 e 1848” (McCANN, 2007, p. 18).

No entanto, naquela época, mesmo dentro do próprio Exército o sentimento de coesão ou de nacionalidade era muito incipiente. Em rápida retrospectiva, lembremos que o início da organização militar no Brasil ocorreu com a chegada de Martim Afonso de Souza, em 1531. Posteriormente, em 1548, Tomé de Souza aportou com 400 soldados regulares do reino que serviriam de instrumento militar para o exercício da autoridade do primeiro Governador-Geral (SODRÉ, 2010). A coroa lusa, a partir de então, com o objetivo de extração e produção de matéria prima para exportação, passou a distribuir as terras, como já apontado anteriormente, no sistema de sesmaria. Aos senhores de terra eram concedidos poderes político e militar sobre suas posses. Eles eram responsáveis por manter a ordem e a segurança.

A partir desse momento, formaram-se três tipos de organização militar terrestre: a regular, composta por tropas vindas de Portugal; a semirregular, composta por moradores que deixavam seus trabalhos quando se apresentava necessidade em face de alguma invasão estrangeira ao território; e a irregular, também composta por moradores, mas sem respaldo legal, com o objetivo de aplacar necessidades individuais dos próprios interessados (SODRÉ, 2010).

Mais tarde, por volta de 1650, em função da implantação do sistema de Capitânicas⁷, ocorreu uma repartição dos elementos de natureza militar entre: milícias, ordenanças e a tropa regular vinda da metrópole. As ordenanças eram a força para contenção de ameaças afastadas, mobilizando-se apenas quando surgissem circunstâncias que a isso obrigasse. As milícias, de caráter mais permanente, eram empregadas prioritariamente em situações de ameaça interna. Com o passar do tempo, as ordenanças foram desaparecendo, e as tropas regulares, junto com as milícias ocuparam, pouco a pouco, as funções militares no país (SODRÉ, 2010).

No entanto, até a vinda da família real para o Brasil, as condições de organização militar ainda eram precárias. Foi o advento da corte de D. João que marcou o aparecimento das primeiras medidas para a implementação de uma força militar estável e permanente, o Exército e a Armada, inicialmente compostos por militares portugueses e contratados de outros países.

7 As Capitânicas Hereditárias eram grandes faixas de terra que iam do litoral até a linha do Tratado de Tordesilhas, doadas a titulares, os donatários, que possuíssem poder de gerenciá-las e distribuí-las entre colonos. Havia dois tipos de capitânicas: as principais, administradas pelos capitães-gerais e governadores das capitânicas; e as subalternas, administradas pelos capitães-mores ou governadores.



Apesar disso, havia uma grande depreciação da profissão militar, particularmente em relação ao Exército, que estava desprestigiado em função da criação da Guarda Nacional⁸, instrumento militar de manutenção do controle político do Estado. Além disso, “A elite civil passou a preferir, para o serviço militar, a Guarda Nacional, que exigia menor esforço e interferia pouco nas atividades particulares” (CARVALHO, 2006, p. 17). Isso contribuiu para que as Forças Armadas regulares ficassem em segundo plano no contexto político e no aspecto do recrutamento.

Além disso, seu orçamento era muito restrito, sua atuação se dava basicamente nas fronteiras de país, afastado, portanto, dos centros de decisão política, e seu recrutamento era feito à força, entre escravos e servos.

O sociólogo Edmundo Campos Coelho (1976) considera esse período inicial da formação institucional do Exército Brasileiro como fase da *política de erradicação*. Compreendendo o Primeiro e o Segundo Império, ela se caracterizou por atitudes hostis e de desconfiança em relação a uma força armada permanente e nacional. As elites preferiam uma milícia civil, a Guarda Nacional, composta por cidadãos sob um comando regional.

Nesse período, o Exército ainda não podia ser considerado uma instituição profissional e carecia de organização e de coesão interna. Sua profissionalização inicia-se, de forma incipiente, com a Guerra do Paraguai e vai se consolidar apenas nos primeiros anos da República.

Para Robert A. Hayes, a Guerra do Paraguai teria contribuído para fazer ver aos militares

... sua destinação verdadeira na sociedade, já que lhes proporcionou um sentido de solidariedade corporativa. Esta solidariedade dentro da instituição, por sua vez, facilitou o surgimento de um espírito de corpo que extravasou os limites da organização – chegando a ser uma mística – e impulsionou os chefes militares no cenário político nacional, donde não se afastaram mais. (HAYES, 1991, p. 63).

Samuel P. Huntington (1996), cientista político norte-americano, refere-se a esse sentimento de *corporatividade* em seus estudos sobre os militares. Para ele, é uma sensação coletiva que “... tem origens na disciplina diuturna e no treinamento indispensável à competência profissional, bem como no vínculo comum de trabalho e na solidariedade com uma responsabilidade social única” (HUNTINGTON, 1996, p. 28).

Já o historiador militar Frank D. McCann (2007) acredita que

8 Muito semelhante à criada em Portugal, em 1820, pois também era subordinada às autoridades civis portuguesas locais e tinham recrutamento obrigatório. Entretanto, enquanto que no Brasil estava diretamente ligada aos interesses econômicos dos senhores de terras, em Portugal, sua criação relacionava-se ao momento de instabilidade política após a Revolução do Porto.



... a identidade individual e os sentimentos de auto-estima e satisfação de um soldado estão vinculados a seu senso de participação e integração em uma identidade coletiva maior. Um senso de honra compartilhado serve de ligação entre o soldado individual e a entidade coletiva ou corporativa. (McCANN, 2007, p. 35).

As ideias de coesão, trabalho em grupo, cooperativismo e, principalmente, de lealdade estão sempre em alta conta no sistema de valores do militar. “Na esfera individual, essas lealdades pessoais, que são parte importantíssima da cultura brasileira, poderiam ser associadas à idealizada lealdade pátria.”, acredita McCann (2007), referindo-se especificamente à história do Exército Brasileiro.

E foi essa lealdade que fez, mais tarde, já na República, o Exército resgatar a ideologia do soldado cidadão⁹ ou salvador da Pátria, como instrumento de valorização da atividade militar, relacionando-a aos sentimentos de patriotismo e de nacionalidade, em uma tentativa de identificação com o povo.

Para Carvalho (2006) a autoimagem dos militares como *salvadores da Pátria*, estaria relacionada à relação que tinham com os intelectuais da época. Seria o resultado do desprezo da burguesia agrária e seus intelectuais pelo Exército, de origem social modesta. Esse desprezo seria reforçado pela rivalidade política em virtude do papel de destaque exercido pelos militares na República.

É interessante observar que o sentimento pátrio, para o conservadorismo, advém da unidade básica da sociedade, a família. Segundo Burke,

“... o amor ao pequeno núcleo da sociedade a que pertencemos, é o primeiro princípio (o germe, por assim dizer) dos sentimentos de afeição pública. É o primeiro elo de uma cadeia que nos une pelo amor à nossa pátria e à humanidade.” (BURKE, 2014, p. 67).

Essa afeição à família e à comunidade, ao grupo social ao qual pertence, transfigura-se no culto às tradições e aos costumes, com o que identifica esse grupo como uma nação, com o que, em última instância, é o dever do militar resguardar: os valores, os costumes, a tradição, as leis, o território, a liberdade de determinada sociedade. Burke afirmava que “Um povo que não cultiva a memória de seus ancestrais não cuidará de seus descendentes” (BURKE, 2014, p. 55).

Essa e algumas outras características da profissão militar podem facilmente ser associadas ao pensamento conservador e ter contribuído para a solidificação de uma *mentalidade militar* conservadora na formação institucional do Exército Brasileiro. Podem, também, ter contribuído para

9 A ideologia do soldado cidadão é uma variação do cidadão soldado da Revolução Francesa que advogava que cidadão era todo indivíduo política e socialmente integrado à nação, cujos deveres eram a defesa dela e a defesa da segurança pública, na condição de soldado.



o sentimento de identificação dessa Instituição com o povo brasileiro, com sua cultura e suas raízes ibéricas.

2.3 Mentalidade militar e mentalidade conservadora

Huntington considera que “... a mentalidade militar consiste dos valores, atitudes e perspectivas inerentes ao desempenho da função militar e que se deduzem da natureza dessa função” (HUNTINGTON, 1996, p. 79).

Ele afirma que, apesar do fenômeno da guerra ser historicamente antigo, a profissão militar é relativamente recente. Segundo ele, o profissionalismo constitui-se característica da cultura ocidental, e originou-se na Idade Média. Entretanto, a profissão militar, representada pela figura do oficial, é produto do séc XIX. Essa profissão baseia-se na administração da violência a partir da especialização funcional do militar:

A função militar é desempenhada por um técnico de profissão pública burocratizada, especialista na administração da violência e responsável pela segurança militar do Estado. Um valor ou uma atitude só faz parte da ética profissional militar se for deduzido ou derivado da especialização, da responsabilidade e da organização peculiares da profissão militar. (HUNTINGTON, 1996, p. 83).

Para o autor, a busca por esse profissionalismo, pelo contínuo desempenho objetivo da função profissional, dá origem a um tipo de *mentalidade militar* realista e conservadora que tem na ética profissional sua personificação.

A função dessa profissão é a segurança do Estado. Para ser capaz de cumprir sua destinação, o militar precisa estar em constante estado de alerta a identificar qualquer ameaça à sociedade. Essa prontidão, desenvolve nele uma visão pessimista em relação à natureza humana, aquilo que Russel Kirk denominou de *princípio da imperfectibilidade*, ao enumerar as características do pensamento conservador.

É, também, no que acredita Huntington:

... a ética militar considera o conflito como padrão universal que se encontra presente em toda a natureza, tal como vê a violência permanentemente enraizada na natureza biológica e psicológica do homem. Entre o bem e o mal no homem, a ética militar enfatiza o mal. [...] O homem da ética militar é, por essência, o homem de Hobbes. (HUNTINGTON, 1996, p. 81).

Essa visão pessimista da humanidade é parte da essência da profissão militar, e o que faz com que os militares tenham apego à hierarquia e à disciplina, pois, tanto pelo fato de servirem à sociedade, quanto pela sua especialização do exercício da violência, e também por força da natureza dos meios



que empregam para executar seu dever, eles necessitam do trabalho disciplinado, organizado hierarquicamente e, prioritariamente, em grupo. A atividade militar preconiza o trabalho em grupo em contraposição ao individual.

Dessa forma, a ética militar é, segundo Huntington, essencialmente corporativa, e salienta a supremacia das necessidades da sociedade sobre os interesses individuais, o que nos faz lembrar uma das premissas do pensamento conservador de Edmund Burke (2014). Para ele, a sociedade seria sempre superior aos indivíduos, outro ponto de contato entre o pensamento conservador e a chamada mentalidade militar.

Burke (2014) acreditava, também, que a sociedade, somatório de tradições e experiências das gerações anteriores, deveria ser preservada. Esse era um dos princípios do pensamento conservador, elencados por Russell Kirk; o *princípio da adesão aos costumes e convenções*. E, quando analisamos as organizações militares, percebemos semelhanças inegáveis entre o princípio de Kirk e a mentalidade desse tipo de instituição, pois a profissão militar acumula experiências por observação e pelo modo de operar, que fazem parte de um conjunto de conhecimentos necessários à prática de sua função. Por isso, os militares dão grande importância ao estudo da história; para aproveitar as experiências do passado utilizando-as no desenvolvimento de princípios para futuras aplicações.

No Exército Brasileiro, o culto às tradições e aos feitos e vultos históricos reflete o pensamento conservador da instituição que se desenvolveu também através da educação militar, desde a criação da Real Academia Militar, em 1810.

A educação militar reflete o conservadorismo em duas vertentes. A primeira é a que incentiva a reprodução de comportamentos e práticas militares consagradas, por meio do uso de fórmulas doutrinárias expressas nos manuais de combate e nos regulamentos militares. Essa vertente da educação militar também se reflete na grande importância dada ao estudo da História nas academias militares e escolas de estado-maior, buscando extrair ensinamentos das experiências militares do passado. A segunda vertente também se relaciona com o estudo da História, mas agora com o intuito de desenvolver virtudes cívicas e militares e de instilar nos aprendizes os valores correspondentes a essas virtudes, pois embora a guerra seja uma realidade brutal, não há atividade humana na qual as questões morais sejam tão evidentes e cruciais. Decisões que resultam na matança de pessoas, na destruição de bens particulares e de patrimônio público não podem ser tomadas sem forte respaldo da ética. A educação militar busca extrair do passado modelos de comportamento pessoal diante das situações-limite com as quais os futuros oficiais poderão ter que lidar. (PEDROSA, 2012, p. 02).

No entanto, apesar de cultivar o passado, esse profissional necessita estar em constante aperfeiçoamento e atualização, de modo a fazer frente as novas tecnologias relacionadas à área da segurança, sempre em evolução. Deve, então, saber equilibrar a tradição e inovação, outra



característica elencada por Kirk (2014) para o pensamento conservador, a relação entre a *permanência e a mudança*. Para Huntington:

O militar ideal, portanto, é conservador em estratégia mas de mentalidade aberta e progressista com respeito a novas armas e táticas. É igualmente perito em ambos os aspectos constantes e variáveis da ciência militar. Na verdade, a essência de sua arte pode ser definida como a relação entre os dois elementos: “as condições fundamentais invariáveis de boa chefia em relação com formas táticas variáveis...”. (HUNTINGTON, 1996, p. 89).

Esse equilíbrio entre permanência e mudança faz com que o militar desenvolva uma mentalidade na qual o planejamento das suas ações é fundamental, e em que os regulamentos e legislações sejam a base burocrática na organização. Essa burocracia pode ser observada, também nas especializações da profissão, nas competências e habilidades necessárias a cada posto, assim como na divisão por antiguidade entre esses postos. A mesma burocracia foi característica da formação do Estado brasileiro, principalmente por ocasião do Brasil Império, herança ibérica que reforçou os traços de uma mentalidade conservadora em muitas de nossas instituições públicas.

3 Conclusão

Entendemos, portanto, que os militares são, por natureza, conservadores. Esse conservadorismo é o resultado de um somatório de condições necessárias para o exercício de sua função legal como instrumento do Estado no exercício da violência ao opor-se a qualquer ameaça à segurança de determinada sociedade.

No entanto, como vimos nos estudos dos pesquisadores, a mentalidade militar conservadora desenvolvida pelas Forças Armadas Brasileiras, especificamente pelo Exército Brasileiro, foi reforçada por características histórico-culturais presentes na evolução da sociedade e das organizações sociais e políticas do País e, principalmente pelas influências de nossa colonização ibérica por natureza centralizadora e burocrática.

As ideias liberais e revolucionárias que agitavam a Europa, e que começaram a atingir o período Colonial, como foi o caso da Conjuração Mineira, desestabilizavam o poder monárquico e precisavam ser aplacadas. Por isso, o pensamento conservador advogado por Edmund Burke foi introduzido pela monarquia constitucional, principalmente após nossa Independência, período de grande agitação e revoltas internas. Adaptado à realidade brasileira, ele contribuiu para a manutenção da unidade nacional e para reforçar a mentalidade militar das instituições responsáveis pela segurança do território.



Subordinadas às instituições políticas portuguesas, as forças militares não poderiam pôr em risco a segurança do Estado. Havia, também, que garantir o equilíbrio do tecido social interno, além da defesa contra invasões externas.

Mais tarde, na República, o Exército Brasileiro adaptou aspectos do pensamento conservador, originários de Burke, às características de nossa sociedade e às necessidades funcionais de profissionalização da Instituição, de forma a desenvolver uma mentalidade militar que proporcionasse coesão interna e estabelecesse e fortalecesse uma forte identidade e relação com a população.

Assim, muitos aspectos do pensamento conservador de Burke podem ser identificados na evolução histórica do Exército Brasileiro, como o culto às tradições e aos costumes, o sentimento de corporatividade e de nacionalidade, a consciência da natureza imperfeita do ser humano, por exemplo.

Esses aspectos, aliados às influências da cultura ibérica de nossa colonização e às conjunturas históricas brasileiras auxiliaram na constituição de um tipo de mentalidade militar conservadora com valores e tradições dentro do Exército Brasileiro firmemente identificados com a realidade nacional.



Referências

- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Tradução José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014. 255p.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e a política no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2006.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. 208 p.
- FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Editora Ática S.A., 1994.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 13ª ed. São Paulo: Globo, 1984. 832 p.
- HAYES, Robert A. **Nação Armada – a mística militar brasileira**. Tradução de Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1991. 266 p.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado – Teoria e Política das relações entre civis e militares**. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996. 548 p.
- KIRK, Russel. **A política da prudência**. Tradução de Gustavo Santos e Márcia Xavier de Brito. São Paulo: Realizações Editora, 2014. 496 p.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808 – 1850). **Lua Nova**, São Paulo, n 74, 2008, p.59-92. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452008000200004>. Acesso em: 20 MAIO 2021.
- McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. Tradução de Laura Teixeira Motta. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007. 706 p.
- MEDEIROS, R. D. de. O pensamento conservador e a revolução francesa. **Revista Sem Aspas**, [S. l.], v. 5, p. 16–37, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/9037>. Acesso em: 20 MAIO 2021.
- PEDROSA, F. V. G. Ideologia e ética militar no Brasil. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, n. 27, 11, 2012. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/236/213>. Acesso em: 20 MAIO 2021.
- RAPOSO, Eduardo. O Leviatã Ibérico: modernidade, corporativismo e desigualdade na formação institucional brasileira. **Desigualdades e Diversidade. Revista de Diversidade**. Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n.2 jan/jun, 2008. Disponível em: <http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=28&post%5Fdata=user%3Dnil%26UserActiveTemplate%3Dnil%26sid%3D9&sid=9>. Acesso em: 20 MAIO 2021.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. 439 p.